

Faria se defende no caso IPC

HÉLIO DOYLE

BRASÍLIA — O deputado Gustavo de Faria (PMDB-RJ) não apareceu, mas seu advogado, José de Castro Ferreira, entregou ontem à comissão especial da Câmara a defesa do parlamentar, acusado de aplicar irregularmente recursos do Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC). A comissão foi instituída para apurar os fatos e decidir se Faria deve ou não ser cassado por falta de decoro parlamentar.

Em 200 páginas, fora os anexos, Ferreira assegura que Faria não cometeu nenhum ilícito, não praticou nenhuma ilegalidade, não causou prejuízo ao IPC nem auferiu vantagem

indevida. Também diz que a auditoria encomendada pelo Senado não foi feita por "experts no mercado financeiro".

O advogado acusa o senador Ruy Bacelar (PMDB-BA); sucessor de Faria no IPC, e os deputados Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), Néelson Jobim (PMDB-RS) e Plínio Martins (PMDB-MS) de terem feito pré-julgamento. Depois de transcrever vários títulos de reportagens publicadas em jornais e revistas, conclui: "Nada escapou do furor difamatório, da vesânia vituperativa e da protéria de enxovalhar". As informações publicadas, segundo a defesa, eram "fantasiosas, imprecisas, inexatas, irreais, mirabolantes, bombásticas,

megalômanas" e mais 19 qualificativos desse teor.

No documento, Ferreira apresenta ainda um relatório da gestão de Farias à frente do IPC, mostra resultados financeiros positivos e procura justificar a compra de Títulos da Dívida Agrária, sua troca por obrigações da Eletrobrás e posterior permuta por debêntures da empresa A Rural e Colonização S/A.

Faria será ouvido pela comissão especial, presidida pelo deputado Antônio Mariz (PMDB-PB), no dia 4. Se a comissão entender que ele deve ser cassado, a matéria vai a votação em plenário e a decisão terá de ser tomada por maioria de dois terços.